

147



Presidência da República
Secretaria do Desenvolvimento Regional
Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

Ação Governamental na Amazônia

**Subsídios ao Zoneamento Ecológico-
Econômico**

e

ao

Plano de Desenvolvimento da Amazônia

Dezembro de 1990

SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

1. Desafios e Potencialidades da Amazônia
2. O Futuro da Amazônia
3. Estratégia Geral
4. Políticas Prioritárias
5. Metas Globais
6. Instrumentos Globais
7. Programas Prioritários
8. Modelo de Gestão

APRESENTAÇÃO

Ao longo do processo de ocupação e colonização da Amazônia, a exploração de suas riquezas se fez sem o resguardo das condições ambientais e, até mesmo, com prejuízo para o equilíbrio do seu ecossistema.

Hoje a história se inverte. Nenhuma intervenção no espaço amazônico deverá ser feita sem um conhecimento científico e aprofundado de sua extraordinária realidade.

Dessa forma, em sintonia com os trabalhos de execução do zoneamento ecológico-econômico do território nacional — objeto do Decreto 99.193, de 27.03.90, alterado pelo Decreto 99.246, de 10.05.90 — e de definição de um conjunto de medidas orientadas para agilizar o desenvolvimento sustentado das diferentes regiões do país, com prioridade para a Amazônia Legal.

De fato, o zoneamento ecológico-econômico — conforme consagra a Exposição de Motivos nº 243, aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República em 21.09.90 — é instrumento técnico indispensável à ordenação do território, entendida como a expressão espacial de políticas econômicas, sociais culturais e ecológicas, que visam reduzir as diferenças regionais, mediante melhor distribuição das atividades produtivas e de proteção ambiental.

Com esse enfoque, o presente documento contempla a linha básica da ação governamental na Região Amazônica, tendo presentes os compromissos de Governo assumidos pelo Presidente Fernando Collor junto à sociedade brasileira e, particularmente, com o Homem Amazônico.

A Amazônia, dispondo da maior reserva de recursos naturais do mundo, não pode ser tratada apenas como um santuário ecológico; mas deve ser contemplada com um projeto de desenvolvimento harmônico, onde a dinâmica de modernização e crescimento não ameace seu maior patrimônio, os recursos naturais renováveis, e não coloque em risco a soberania nacional. } crítica

O desafio é com a inovação, com a construção de uma sociedade baseada no ecodesenvolvimento, com alta tecnologia e elevada qualidade de vida.

Assim também, pela primeira vez na história do planejamento regional no Brasil, é a sociedade local que, expressando seus desejos e aspirações, aponta as novas diretrizes que vão nortear a concepção de um Plano de Desenvolvimento da Amazônia Brasileira. } novidades
ideologia

Isto remete a uma nova estratégia cujo eixo central é o binômio ecologia — tecnologia, pilares que garantirão o crescimento econômico com distribuição de renda e preservação ambiental. } delimitação
de alvos

Essa estratégia parte da articulação de políticas centrais com programas e subprogramas prioritários, que organizem e articulem as ações públicas e privadas, direcionadas para objetivos comuns, globais ou específicos, adequados para implementar as transformações necessárias à construção do futuro da Amazônia.

O êxito das ações a serem empreendidas dependerá de um esforço articulado do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, e do Poder Judiciário, para, em conjunto com a Sociedade Civil, garantirem a construção de uma Nova Amazônia.

INTRODUÇÃO

A estratégia de desenvolvimento e modernização do Brasil, idealizada pelo Governo do Presidente Fernando Collor, confere à Amazônia uma posição privilegiada como alavanca para o futuro do País. Por essa razão, define novos caminhos e propõe novo estilo de desenvolvimento da Região.

Coerente com os postulados de eficiência e modernidade e com a revisão do papel do Estado no processo social, o Governo Federal deve direcionar sua atuação na Amazônia para conciliar a conservação ambiental do maior patrimônio nacional com o desenvolvimento regional.

Com este enfoque, e em consonância com o que dispõe a Constituição Federal, a ação de Governo na Amazônia deve contribuir para a redução das disparidades regionais e aproveitamento econômico racional das grandes potencialidades da região.

Deve, também, assegurar a participação crescente da Amazônia nos benefícios do progresso e desenvolvimento nacionais, na mesma proporção e dimensão que suas riquezas contribuem para a construção do Brasil Novo.

O futuro do Brasil reside também, em grande medida, na Amazônia e no seu potencial de recursos naturais renováveis e não-renováveis, incluindo desde os minérios convencionais e estratégicos, até a grande dimensão e diversidade dos recursos bióticos, que elevam a Região à condição de maior reserva mundial de recursos naturais.

Por essa razão, o desenvolvimento da Amazônia requer uma nova concepção desta riqueza e redefinição dos mecanismos de integração com a economia nacional, presentes, também, uma cosmovisão e o papel geopolítico da Nação brasileira. } alvos

Tais perspectivas, expressas nesta proposta de Ação Governamental para a Amazônia (*) devem constituir a estratégia do Governo Federal e servir, também, como catalizador dos agentes institucionais e instrumento de organização das ações e investimentos públicos e privados na Região.

(*) Compreende toda a Amazônia Legal (área abrangida pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e parte do estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44°).

1. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA AMAZÔNIA

A Amazônia brasileira é um espaço continental, abrangendo 5.217.423 km², cerca de 61% do território nacional, e uma população recenseada em torno de 16,5 milhões de habitantes, 11% do total nacional. A isto se acresce um contingente indígena de aproximadamente 172.000 pessoas, cerca de 80% do existente no País, distribuídas em 200 grupos étnicos.

} definições

Embora a densidade demográfica da Amazônia, em torno de 3,3 hab/km², seja bem distante da média nacional, de 17 hab/km², sua população supera, em número, a de vários países do mundo, além de constituir-se em singularidade antropológica, pela variedade cultural que envolve.

} definições

Como área geográfica, a Amazônia é um complexo ecológico transnacional integrado e articulado pela continuidade e contigüidade da floresta, que, juntamente com o amplo sistema fluvial da Região (convergente para o Solimões-Amazonas), unifica vários sub-sistemas ecológicos da América Latina.

A dimensão territorial da Amazônia brasileira, lhe confere um estatuto de quase-continente, representando, por si só, grande potencial ecológico, econômico e político.

Ao contrário das outras florestas tropicais úmidas do planeta dispersas em conjuntos menores, isoladas entre si, a Floresta Amazônica é um grande maciço concentrado no território brasileiro, administrado, portanto, por um mesmo Estado nacional.

A Amazônia é, atualmente, a maior reserva de recursos naturais do mundo pela sua dimensão, diversidade e concentração. Detém apreciável reserva de minérios tradicionais (ferro, bauxita, ouro e cassiterita), além de minérios com novas aplicações tecnológicas (nióbio, manganês e titânio), bem como apresenta ambientes geológicos promissores para pesquisa de outros bens minerais.

} definições

Quanto aos recursos naturais renováveis, dispõe de cerca de 1/3 das florestas tropicais úmidas da Terra e conta com uma bacia hidrográfica de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados -- com grande potencial hidrelétrico e pesqueiro --, e áreas de várzea com potencial agrícola ainda pouco explorado.

} definições

Com seus 260 milhões de hectares de florestas, a Amazônia abriga um potencial madeireiro da ordem de 24 bilhões de m³, equivalente a 31 vezes a produção anual mundial de madeira; detem enorme diversidade biológica vegetal e animal, e um incalculável universo de plantas medicinais, aromáticas, alimentícias, tóxicas, oleaginosas, gomosas, fibrosas, entre outras.

} definições

AÇÃO GOVERNAMENTAL NA AMAZÔNIA DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA AMAZÔNIA

As condições de floresta úmida transformam a Amazônia em uma poderosa usina de produção de fungos, bactérias e insetos, que asseguram o equilíbrio ecológico e constituem base fundamental para a biotecnologia, tanto no material biológico, quanto no depósito de informações codificadas dos genes.

Isto torna a Amazônia o maior banco genético do planeta, contendo, provavelmente, cerca de 30% do estoque genético do mundo, a maior fonte mundial de produtos farmacêuticos, bioquímicos e mesmo agrônômicos.

} de bioquímicos

Nas últimas décadas, a região amazônica experimentou um acelerado processo de integração com a economia nacional, com modernização e transformação da sua organização social e estrutura produtiva.

Esse processo teve efeitos contraditórios, pois, promoveu rápido crescimento econômico e demográfico da Região, mas, ao mesmo tempo, acelerou os conflitos sociais, desorganizou o espaço regional e, ainda, provocou fortes impactos ambientais.

Dessa forma na busca de apropriação e ocupação da fronteira de recursos da Amazônia, a dinâmica de modernização e crescimento começou a ameaçar exatamente seu maior patrimônio, os recursos naturais renováveis.

} crítica

Por outro lado, a natureza da integração e a modernização econômica da Região deram origem a uma estrutura produtiva relativamente desarticulada setorial e espacialmente, reduzindo, assim, os efeitos multiplicadores dos investimentos produtivos.

Esse processo foi acompanhado de uma rápida e desordenada expansão demográfica, como decorrência da migração em larga escala na direção da nova fronteira econômica. Com isso, redesenha-se intensamente o composto sócio-cultural da Amazônia pelo impacto de sucessivas ondas civilizatórias, e acentuam-se os conflitos e as tensões sociais no campo e nas periferias das cidades.

Apesar da geração de emprego e de oportunidades de ocupação na agricultura e da elevação da renda per capita nas últimas décadas, a Amazônia continua registrando elevados níveis de carência social e baixa qualidade de vida, explicada, em grande parte, pela concentração de renda e, também, pelos vazamentos da renda gerada na região.

} crítica e ideologia

Pelas suas características de região de fronteira e devido às condições de sua inserção na economia nacional, a Amazônia continua sendo uma região economicamente periférica, com visíveis problemas sociais, econômicos e ambientais.

Ao mesmo tempo, é a região com o maior potencial de desenvolvimento e posição estratégica no novo paradigma de desenvolvimento científico e tecnológico mundial, como a maior fonte para o conhecimento e desenvolvimento da engenharia genética.

} alvos

No entanto, esta potencialidade não está sendo aproveitada adequadamente nem pelo País, nem pela própria Amazônia. Com fortes restrições de capital e infra-estrutura, e com limitada base de capacitação científica e tecnológica, a Região não tem conseguido explorar eficientemente seu rico patrimônio genético, base para o

} crítica e ideologia

desenvolvimento da biotecnologia e da engenharia genética, que constituem, por sua vez, a base do novo ciclo de desenvolvimento mundial.

A exploração mineral também não tem sido corretamente realizada, registrando-se um nível ínfimo de verticalização econômica. } crítica

2. O FUTURO DA AMAZÔNIA

O desenvolvimento da Amazônia nas próximas décadas dependerá de um conjunto de fatores e processos em curso no contexto nacional e internacional e da forma com que sejam administradas as potencialidades e atenuados os estrangulamentos internos da Região(*). } ideologia

No contexto nacional e mundial já se encontram em andamento grandes processos que conferem à Amazônia uma posição estratégica e uma enorme oportunidade de desenvolvimento. A nível nacional destacam-se a redefinição do papel do Estado e a retomada do crescimento econômico com integração competitiva mundial. } papel do estado

Em escala internacional há uma tendência forte à propagação de um novo paradigma científico e tecnológico com a redefinição da divisão internacional do trabalho e a reestruturação da atividade produtiva. Dentro deste novo paradigma, destaca-se a biotecnologia como uma vertente emergente, com impacto amplo em várias atividades e setores econômicos.

A combinação destes processos de dimensão mundial com as potencialidades e restrições internas, particularmente a biodiversidade, abrem um horizonte de possibilidades e oportunidades de desenvolvimento da Amazônia.

Entre os diferentes cenários para a Amazônia — que combinam diversas formas e intensidades de integração econômica, avanço tecnológico e exploração de recursos naturais —, o mais provável indica uma evolução que incorpore, no tempo, fatores de internalização do crescimento e modernização externa, na medida em que o Brasil retome o crescimento, implemente políticas ambientais, sociais e regionais mais vigorosas e, também, na proporção em que se acelere, a nível mundial e nacional, a revolução científica e tecnológica.

Nos primeiros anos, a Amazônia tenderá ainda a conservar características convencionais de fornecedor de matérias primas com crescimento moderado, como decorrência da política de estabilização econômica e da própria lentidão das mudanças e da revolução científica e tecnológica. } previsões

(*) Texto elaborado com base no Documento Macrocenários: "Cenários Alternativos e Cenário Normativo da Amazônia no Ano 2010" - 1ª versão - SUDAM/BASA/SUFRAMA/PENUD, Belém, agosto/1990.

ACÇÃO GOVERNAMENTAL NA AMAZÔNIA
O FUTURO DA AMAZÔNIA

A partir do final do primeiro quinquênio desta década, acelerar-se-á o crescimento e a integração da Amazônia, com base no novo dinamismo brasileiro e na elevação da demanda externa por recursos naturais.

} previsões

De qualquer forma, com o tempo, à medida em que se intensifiquem as transformações externas, este estilo de crescimento levará a ampliar a integração, a dinamização interna e a reestruturação econômica da Região; possibilitando, ainda, uma ampliação das medidas e iniciativas de conservação ambiental.

O ritmo de implantação e a natureza da reorganização da sociedade e da economia da Amazônia dependem da definição de políticas e decisões do governo federal, de iniciativas e ações dos governos estaduais e municipais da Amazônia e, basicamente, de atitudes dos agentes econômicos e atores sociais.

} papel do estado

O futuro desejado, em síntese, representa uma antecipação, aceleração e ampliação das transformações que levem à internalização da renda, ao crescimento econômico e exploração racional do potencial de biodiversidade e à melhoria da qualidade de vida da população.

No entanto, se a política regional não for, no seu conjunto, efetiva e ousada, e a política ambiental não redefinir o estilo de exploração de recursos naturais, a Amazônia tenderá a crescer nos padrões tradicionais, com pouca internalização da renda e modesta recuperação nos níveis de qualidade de vida.

Combinando os processos externos favoráveis com as potencialidades regionais e implementando, desde agora, políticas inovadoras pode-se construir uma nova sociedade na Amazônia baseada no ecodesenvolvimento com alta tecnologia e elevada qualidade de vida.

} previsões

Assim, a ação governamental será direcionada para implantar-se na Amazônia, nas próximas décadas, um modelo de desenvolvimento que combine e concilie equilíbrio ecológico e melhoria de qualidade de vida com crescimento econômico, modernização, avanço tecnológico e integração à economia nacional e mundial.

} papel do estado

Sua base econômica deverá apoiar-se primordialmente no tripé da indústria eletro-eletrônica, da minero-metalurgia e da exploração de recursos bióticos, numa dinâmica ascendente desse ramo sobre os demais.

} olvos

A aquicultura, a agricultura de várzea, a agropecuária de cerrados e o turismo ecológico serão, também, ramos de atividades promissoras, ao lado dos setores tradicionais, cuja dinamização deverá se dar mediante incorporação de melhorias tecnológicas.

A Amazônia deve destacar-se como centro de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de biotecnologia, química dos recursos naturais, manejo florestal e agricultura tropical. E, também, como região produtora e exportadora de produtos de alta tecnologia, como insumos bióticos, fármacos, variedades genéticas, cosméticos e extrativismo de alta qualidade.

Simultaneamente aos estímulos às exportações, também o mercado interno da Amazônia será privilegiado, mediante esforço de internalização e elevação da renda regional.

O quadro enunciado para o futuro da Amazônia deve compor-se de forma dinâmica, com base em políticas públicas que redefinam, desde os primeiros anos, as condições espaciais, ambientais, sociais e culturais, os processos científicos e tecnológicos e os instrumentos de desenvolvimento regional.

A Ação Governamental na Região deverá ser direcionada para preparar o caminho da construção desta nova realidade da Amazônia, mediante a fixação de estratégias de desenvolvimento, políticas, objetivos, programas e metas específicas, compatíveis com os objetivos nacionais.

3. ESTRATÉGIA GERAL

O eixo central da estratégia de desenvolvimento da Amazônia concentra-se nos pilares ecologia e tecnologia, e baseia-se em um modelo de desenvolvimento regional que concilia, e compatibiliza, a preservação do meio ambiente com o crescimento econômico e a elevação da qualidade de vida da população, a partir do zoneamento ecológico-econômico, já em elaboração.

O objetivo central da Ação Governamental para a Amazônia consiste em construir este novo modelo de desenvolvimento orientado, que caracteriza um esforço de ecodesenvolvimento, com o qual se pretende redefinir as formas de integração da Região ao processo econômico nacional, e sua posição na divisão interregional do trabalho.

Deve ainda combinar a modernização econômica e social com o avanço científico e tecnológico, e a reestruturação de suas bases econômicas, com a consolidação de novos ramos e segmentos voltados para o melhor e mais adequado aproveitamento dos recursos naturais, particularmente a agro-indústria, a bio-indústria e o turismo ecológico.

A estratégia prevê a articulação de um conjunto de políticas centrais com programas prioritários.

Essas políticas definem o marco orientador das ações estratégicas, devendo servir de base para todos os programas, iniciativas e instrumentos de desenvolvimento regional. Compõem, por outro lado, o referencial estratégico capaz de reorientar o modelo de desenvolvimento da Amazônia no período indicado e nas décadas futuras.

Os programas prioritários organizam e articulam as ações públicas e privadas para objetivos comuns, globais ou específicos, adequados para implementar as transformações necessárias à construção do futuro da Amazônia. Expressam o

detalhamento, por grandes áreas ou setores, das ações e iniciativas concretas do Estado, com base em instrumentos efetivos, transformadores ou catalizadores dos agentes econômicos e sociais na Região.

Todos os programas estão orientados pelas políticas que condicionam e definem os parâmetros de intervenção na Amazônia.

O diagnóstico indica que as políticas ambiental, espacial, sócio-antropológica e institucional compõem, juntamente com a estratégia de ciência e tecnologia, a base deste modelo de desenvolvimento.

A estratégia para as áreas de ciência e tecnologia constitui instrumento decisivo do desenvolvimento e requer ações e iniciativas efetivas, devendo gerar, por essa razão, também um programa prioritário.

Desse modo, o conjunto ciência e tecnologia, na reestruturação do modelo de desenvolvimento da Amazônia, aparece com dupla dimensão: como instrumento articulador das políticas e como programa que contribui para todos os outros segmentos de intervenção.

Objetivamente, a estratégia de desenvolvimento da Amazônia baseia-se nas seguintes diretrizes globais:

- a) priorizar os trabalhos de execução do zoneamento ecológico-econômico, nos níveis macro regional, regional e local;
- b) promover o desenvolvimento econômico com elevação do produto e da renda regional;
- c) assegurar a conservação ambiental e a capacidade de auto-sustentação do sistema ecológico da Amazônia;
- d) promover o desenvolvimento científico e tecnológico da Região nas áreas de conhecimento e nos segmentos tecnológicos compatíveis com suas vocações e necessidades;
- e) assegurar a tradução do desenvolvimento e crescimento econômico em efetivo benefício social, com elevação da qualidade de vida e melhoria da oferta de serviços de infra-estrutura social;
- f) ordenar e organizar a diversidade sócio-cultural da Região, respeitando suas características e vocações e, ao mesmo tempo, criando as condições para o desenvolvimento equilibrado e articulado dos diferentes componentes sócio-culturais da Amazônia;
- g) estimular a integração econômica, social, cultural e tecnológica da Região com o Brasil, o mundo e, particularmente, os demais países da Panamazônia;
- h) promover a reorganização do espaço amazônico na direção de uma maior irradiação das áreas dinâmicas, maior articulação sócio-econômica dos sub-espços regionais e constituição de uma rede hierarquizada de cidades;

- i) intensificar o processo de democratização da sociedade e das instituições da Amazônia; e
- j) promover a reestruturação e modernização das instituições públicas regionais, tornando mais eficiente e dinâmico o planejamento e a ação pública na Amazônia.

participa
regional

4. POLÍTICAS PRIORITÁRIAS

A Ação Governamental na Amazônia deverá basear-se em quatro grandes políticas que constituem um referencial estratégico e expressam um conjunto de princípios, critérios, normas, prioridades e parâmetros de atuação pública e privada na Região.

4.1 Política Ambiental

A política ambiental, observadas as conclusões dos trabalhos de zoneamento ecológico-econômico, deverá pautar-se pelos seguintes objetivos centrais:

- a) racionalização da exploração dos recursos naturais nas atividades econômicas implantadas na Região;
- b) redefinição do padrão tecnológico implantado nos segmentos e setores econômicos instalados na Amazônia, de modo a adequá-lo às condições ecológicas regionais;
- c) elevação da massa de informação e conhecimento sobre os recursos naturais da Região e sobre a dinâmica de interação dos seres vivos que constituem o sistema ecológico da Amazônia;
- d) auto-sustentação dos recursos ambientais da Região, preservando a qualidade dos ecossistemas amazônicos; e
- e) compatibilização das políticas setoriais com a política de meio ambiente, de forma a viabilizar a utilização econômica dos recursos ambientais conservando a diversidade biótica dos ecossistemas amazônicos.

Para alcançar estes objetivos gerais de política ambiental, definem-se um conjunto de diretrizes orientadoras da intervenção na Região:

- a) elaborar o zoneamento ecológico-econômico detalhado da Região Amazônica, complementando, a nível de micro-regiões, com sub-zoneamentos;

} 2
0

Polos florestais
Polos ecológicos etc. } Polonoveste
Vgl.

- b) combater, de forma decisiva e por todos os meios, o desmatamento indiscriminado, restringindo os projetos e investimentos que recorram a este procedimento, orientando e educando os agentes econômicos para uma nova postura em relação ao meio ambiente;
- c) priorizar o esforço de controle ambiental da Região, compatibilizando o desenvolvimento das atividades econômicas com a conservação da diversidade biótica; *Vgl. ISAMIA - Ausstaltung*
- d) condicionar os investimentos em atividades produtivas na Região, a uma adequada localização espacial, observadas às orientações do zoneamento ecológico-econômico;
- e) definir e implantar um plano de monitoramento ambiental, com programas e projetos de desenvolvimento, que identifique a adequação locacional, os impactos prováveis, os mecanismos de preservação e sustentação ambiental, as técnicas alternativas e o destino e tratamento dos efluentes e dejetos;
- f) exigir de todos os empreendimentos que operam na Região, que possuem evidente potencial poluidor, programas de reorientação técnica e ambiental;
- g) definir critérios e padrões de qualidade ambiental e normas técnicas para cada sub-sistema ecológico e econômico, relativos ao controle da poluição industrial e ao uso e manejo de recursos naturais;
- h) confinar as atividades econômicas de exploração florestal às áreas, a serem institucionalizadas como polos florestais, nas quais as atividades se desenvolvam em caráter permanente, sob regime de produção sustentada;
- i) identificar, delimitar e demarcar as áreas de garimpagem, visando ao controle desta atividade, a fim de combater firmemente os seus efeitos adversos sobre o meio ambiente;
- j) promover a ação pública e privada, de forma conjunta, para a recuperação das áreas degradadas; e
- l) demarcar e ampliar as reservas extrativistas, biológicas e ecológicas da Amazônia.

Armau ←

4.2 Política espacial

A política espacial, em consonância com os resultados do zoneamento ecológico-econômico, definirá os critérios de localização prioritária das ações, identificando áreas-programa para convergência dos esforços de desenvolvimento da Amazônia.

Deverá perseguir os seguintes objetivos:

AÇÃO GOVERNAMENTAL NA AMAZÔNIA
POLÍTICAS PRIORITÁRIAS

- a) integração e articulação do sub-espço funcional intra-regional com a vinculação econômica e social das diferentes sub-regiões dispersas e fragmentadas;
- b) redefinição do papel da Amazônia na divisão inter-regional do trabalho, consolidando a integração regional, mas alterando os padrões da sua integração com a economia nacional;
- c) integração sócio-econômica rural-urbana na Amazônia, com a interiorização do desenvolvimento e a constituição de uma malha urbana integrada ao conjunto da economia regional; e
- d) desconcentração e difusão das atividades econômicas e dos benefícios do crescimento econômico no conjunto do espaço amazônico.

Com este referencial geral, deverão ser adotadas as diretrizes abaixo para orientar a distribuição espacial das atuações públicas ou privadas na Região:

- a) promover a irradiação dos eixos dinâmicos e dos enclaves (mega-projetos) dispersos no espaço regional, de modo a propagar dinamismo para as sub-regiões com potencialidades;
- b) direcionar os investimentos e as atividades para as áreas com potencialidade e para núcleos e centros urbanos que possam exercer papel catalizador na Região;
- c) evitar dispersão de esforços e recursos, concentrando os investimentos nas áreas-programa, identificadas como sub-regiões potenciais, que servem de referência para o planejamento e a convergência das ações;
- d) promover a dinamização dos eixos com potencialidade e criar novos pólos, em pontos estratégicos do espaço, que consolidem a articulação e favoreçam a descentralização;
- e) promover a estruturação e consolidação de uma rede urbana que hierarquize as cidades, privilegiando os investimentos nos pólos urbanos de médio porte, de forma a estabelecer intermediações entre as pequenas cidades e os grandes núcleos;
- f) estimular a articulação da produção e comercialização das diferentes sub-regiões, com investimentos em infra-estrutura econômica nos sub-espços regionais;
- g) apoiar a articulação sócio-cultural dos diversos espaços sub-regionais;
- h) promover a racionalização e ordenamento da ocupação do solo rural e do uso do solo urbano;
- i) orientar as correntes migratórias, apoiadas nos elementos de atratividade derivados das vias de acesso e comunicação, da oferta de emprego e de infra-estruturas; e
- j) fortalecer a vida econômica e a ocupação humana das áreas de fronteira.

Com base em um primeiro pré-zoneamento efetuado pela SUDAM, foram identificadas, em caráter preliminar, 22 áreas-programa, entendidas como sub-espços prioritários para os quais deverão convergir as ações dos agentes e instâncias públicas e privadas de intervenção na Amazônia, de acordo com suas potencialidades, vocações e contribuições efetivas para o desenvolvimento regional, a serem definidas pelo zoneamento ecológico-econômico.

São as seguintes as áreas-programa, inicialmente, selecionadas:

- Sub-região Sudeste Acreana (AC);
- Sub-região do Cruzeiro do Sul (AC);
- Sub-região Ariquemes – Vilhena (RO);
- Sub-região Noroeste de Rondônia (RO);
- Polígono Tangará da Serra – Cáceres – Vila Bela (MT);
- Sub-região Sudeste Matogrossense (MT);
- Eixo Alta Floresta – Sinop – Sorriso (MT);
- Pólo Gasopetrolífero Juruá – Urucú (AM);
- Eixo Hidroviário Parintins – Borba (AM);
- Polígono Manaus – Manacapuru – Moura (AM);
- Polígono Santarém – Itaituba – Altamira (PA); *
- Polígono Marabá – Paragominas – Barcarena (PA); *
- Sub-região do Trombetas (PA); *
- Sub-região Centro-Leste do Vale do Araguaari (AP);
- Sub-região Sudeste-Sul do Amapá (AP);
- Polígono Imperatriz – Carolina – Balsas – Barra do Corda (MA);
- Corredor da Estrada de Ferro Carajás (MA);
- Sub-região Norte do Tocantins (TO);
- Eixo Caracaraí – São João da Baliza (RR);
- Sub-região Centro-Leste de Roraima (RR);
- Áreas de Fronteira: e
- Campos de Marajó (PA). *

Por outro, contempla-se a definição de um conjunto de pólos urbanos prioritários de médio porte que deverão compor a rede de cidades de integração do espaço amazônico. Estes núcleos exercerão um papel integrador interno em cada área-programa e, ao mesmo tempo, articularão estas áreas entre si.

4.3 Política Social e Antropológica

A Política Social e Antropológica deverá ter como objetivo central assegurar a transformação do desenvolvimento e crescimento econômico com efetivo benefício

social para o homem da Região, orientando e induzindo o conjunto das ações públicas e privadas a contribuírem para os seguintes objetivos específicos:

- a) redução das tensões, desigualdades e contradições sociais;
- b) internalização dos benefícios sociais do desenvolvimento, em termos de melhoria da renda e da qualidade de vida da população; e
- c) manutenção da convivência, cooperação e interação entre os grupos e segmentos étnicos e sócio-culturais da Amazônia.

Para isso, deverá ser definido um conjunto de diretrizes específicas, de modo a:

- a) assegurar o desenvolvimento social e a elevação da qualidade de vida, como resultado de um novo padrão de crescimento, e não como decorrência de programas sociais reparadores e compensatórios;
- b) respeitar a diversidade sócio-cultural do amazônida;
- c) garantir que os povos das florestas possam definir sua própria forma de articulação com os padrões culturais dominantes;
- d) respeitar as reservas extrativistas e as reservas indígenas;
- e) regular o processo de ocupação e concessão de títulos de terra, de modo a ordenar e equacionar os conflitos nas áreas de maior tensão social;
- f) promover formas de geração de emprego, qualificação profissional e distribuição de renda;
- g) fomentar o avanço e a assistência técnica das atividades extrativistas e da pequena produção, inclusive o artesanato;
- h) assegurar o acesso das populações menos favorecidas aos serviços sociais indispensáveis; e
- i) fomentar o desenvolvimento cultural das comunidades e grupos sócio-culturais diferenciados.

4.4 Política Institucional

A política institucional deverá ter como objetivos centrais o fortalecimento e consolidação de um sistema de organizações, instituições e entidades articuladas, com papéis e funções complementares e convergentes, para assegurar a eficiência e efetividade das atividades no espaço econômico.

Deverá basear-se nos princípios de coordenação, articulação institucional, descentralização, democratização, participação e desburocratização.

A política institucional deverá definir como diretrizes específicas:

- a) promover o fortalecimento institucional e a capacitação técnica, científica e política para a efetiva gestão dos instrumentos regionais, nas diferentes instâncias voltadas para a Amazônia;
- b) implantar e consolidar o sistema regional de planejamento;
- c) fortalecer a organização da sociedade civil e suas formas de manifestação e participação nas instâncias decisórias na Região;
- d) estimular a formação de uma estrutura de capacitação técnica e gerencial dos Estados e Municípios da Amazônia, modernizando sua estrutura organizacional e elevando a qualificação dos seus quadros profissionais;
- e) reestruturar os diferentes órgãos e instituições atuantes na Região, adequando a malha institucional em torno dos princípios aqui definidos; e
- f) criar condições para que o Conselho Deliberativo da SUDAM atue, também, como efetivo fórum de deliberação de políticas e estratégias para a Amazônia.

5. METAS GLOBAIS

A ação governamental na Amazônia têm como metas globais para o período 1991 – 1995 – 2000 a sustentação de taxas elevadas de crescimento da economia, aumento da renda per-capita e da participação da região no PIB nacional, e a geração de massa significativa de emprego na Região. O detalhamento destas metas, a seguir indicado, decorre de simulações macroeconômicas tratadas no já citado Documento Macrocenários da Amazônia.

5.1 Crescimento Econômico

A economia da Amazônia, segundo o mencionado Documento, tenderá a crescer 9%, em média, nos primeiros cinco anos.

No quinquênio 1996/2000, a taxa de crescimento da Amazônia será ligeiramente maior, estimulada pelo novo ciclo da economia brasileira e mundial e pelo início dos efeitos de internalização da renda e verticalização da produção. Neste quinquênio, a Região deverá crescer, em média, 10% ao ano, como ilustra a Tabela 1, em anexo.

5.2 Elevação da Renda Per-Capita

Combinando as taxas de crescimento elevadas com um ritmo, menor de crescimento da população, a Amazônia deve elevar sua renda **per-capita** dos atuais US\$ 1.200 para US\$ 1.700 (aproximadamente), em 1995, final do primeiro quinquênio, como indica a Tabela 1. Até o ano 2000, as estimativas são de que a renda per-capita deverá registrar novo salto para alcançar, ao final do período, a cifra aproximada de US\$ 2.500.

5.3 Participação no PIB e Renda Per-Capita Nacional

Dentro da meta de redução das disparidades regionais e admitindo taxas de crescimento diferenciadas da Região, a Amazônia deverá elevar sua participação no PIB nacional dos atuais 5,6% para algo próximo de 7,7%, em 1995.

No quinquênio 1996/2000, esta participação deverá crescer mais ainda para atingir 9% ao final do ano 2000. Isto representa quase uma duplicação da participação no PIB nacional no intervalo de dez anos.

A renda **per-capita** regional representa hoje 51% da média nacional. A meta será elevá-la para aproximadamente 60%, em 1995, e cerca de 70%, no ano 2000.

5.4 Geração de Emprego

Com base no crescimento da economia, medido pela elevação da produtividade do trabalho, definem-se como metas para o primeiro quinquênio (1991/1995) a geração de um total de 1,4 milhões de empregos formais na Amazônia, o que representa em média de 280 mil empregos por ano.

Para o período seguinte (1996/2000) estima-se a geração de um total de 2,3 milhões de empregos, em média 463 mil empregos por ano.

5.5 Investimento

As taxas de crescimento apresentadas têm como pressuposto metas de investimento global de origens pública e privada, nacionais e internacionais. Estas metas prevêm um investimento total de US\$ 45 bilhões nos primeiros cinco anos, com participação crescente do setor privado e de recursos externos.

No quinquênio seguinte (1996/2000), quando a economia nacional deve recuperar sua capacidade de investimento e for concluída a reforma do Estado, prevê-se

um investimento total de US\$ 75,7 bilhões, que representa uma média de investimento anual de US\$ 15,4 bilhões. A Tabela 2, em anexo, ilustra a distribuição estimada destes investimentos na década, discriminando os recursos privados e públicos (inclusive estatais).

Como evidencia a Tabela, o setor público deve ter uma participação decrescente na massa total de investimentos na Região. Mesmo assim, deverá investir em média US\$ 3,5 bilhões, por ano, no primeiro quinquênio (1991-1995), e em média US\$ 4,6 bilhões anuais no segundo período. Nesta massa de recursos as empresas estatais deverão manter uma participação estável, como indica a Tabela 2.

5.6 Fontes de Recursos Públicos

Para o ano de 1991, estão previstos recursos públicos da ordem de 10,7 bilhões de BTN's, como discrimina o quadro a seguir:

(estimativa em milhões de BTN)	
Fonte	1991
Ações do Governo Federal (Recursos Orçamentários)	593
Fundo de Participação dos Municípios - FPM	2.981
Fundo de Participação dos Estados - FPE	2.179
Fundo Constitucional do Norte - FNO	308
Outras Transferências Constitucionais	173
Bancos Oficiais	1.677
Investimentos de Empresas Estatais	1.532
Recursos Externos	267
Fundo de Investimentos da Amazônia-FINAM	601
PIN/PROTERRA/FINAM	401
TOTAIS	10.712

Fonte: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

6. INSTRUMENTOS GLOBAIS

A implantação de uma nova estratégia de desenvolvimento da Amazônia deverá ter como principal instrumento a espacialização regional das políticas nacionais, globais ou setoriais, a ser definida pelos resultados do zoneamento ecológico-econômico.

Além disto, são os seguintes os instrumentos indicados:

- a) utilização do zoneamento ecológico-econômico como instrumento seletivo das prioridades regionais;

- b) regionalização dos orçamentos e investimentos das instituições públicas e, principalmente, estatais e bancos oficiais;
- c) utilização do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM como instrumento seletivo das prioridades regionais;
- d) aplicação dos Fundos Constitucionais de Financiamento, como instrumentos complementares ao apoio financeiro do desenvolvimento regional;
- e) utilização de parcela de recursos do PIN/PROTERRA, de forma complementar às fontes nacionais e internacionais, em programas de pesquisa em ciência e tecnologia;
- f) ampliação e reestruturação da cooperação técnica e financeira internacional, atribuindo-lhe nova dimensão no desenvolvimento regional;
- g) disciplinamento legal das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico realizadas na Região por instituições, empresas ou pesquisadores independentes, de modo a assegurar a nacionalidade da propriedade intelectual sobre os seus resultados e o retorno econômico para as comunidades locais;
- h) extensão do conceito de royalties por exploração dos recursos do sub-solo – previsto na Constituição – ao uso econômico do recursos bióticos; e
- i) cooperação política e tecnológica com países da Pan-amazônia, e outros países possuidores de florestas tropicais úmidas, para a gestão coordenada da biodiversidade.

Outros instrumentos poderão ser incorporados, no futuro, como é o caso de royalties pelo uso econômico de recursos bióticos, à semelhança dos previstos na Constituição para exploração dos recursos do sub-solo.

7. PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

A estratégia de desenvolvimento da Amazônia deverá convergir para a atuação concentrada em sete grandes programas prioritários que considerarão os critérios de localização e vocação definidos no zoneamento ecológico-econômico:

1 - Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1.1 - Objetivos

- elevação da capacidade científica e tecnológica da Amazônia, de forma a aumentar o conhecimento sobre a Região e o domínio do saber científico e tecnológico;

- geração de novas tecnologias e adaptação de tecnologias avançadas às necessidades e características regionais; e
- elevação da produtividade, competitividade e qualidade do setor produtivo e dos produtos da Amazônia.

1.2 - Diretrizes

- promover a articulação institucional de núcleos e grupos de pesquisa de modo a fazer convergir complementarmente as pesquisas básicas e aplicadas, o desenvolvimento tecnológico, a experimentação e a difusão de tecnologia;
- promover a articulação entre universidades e os institutos de pesquisa, por um lado, e o setor produtivo por outro;
- fortalecer os programas, centros e cursos de pós-graduação em áreas prioritárias;
- fortalecer os grupos e núcleos de pesquisa emergentes e estimular os grupos consolidados em áreas prioritárias na Amazônia, através de apoio institucional integrado;
- criar, ampliar e modernizar institutos e centros de pesquisas em áreas prioritárias;
- montar um amplo sistema de informações científicas e tecnológicas na Região;
- promover a interdisciplinaridade das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- promover a implantação de um Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos para a Amazônia e projetos hidrológicos inerentes; e
- promover o desenvolvimento de um Sistema Computadorizado de Gerenciamento Territorial com capacidade de fazer a gestão dos dados destinados ou necessários ao planejamento integrado em recursos naturais, das áreas-programas.

1.3 - Prioridades

- a) Áreas de conhecimento:
- Biotecnologia;
 - Ciências Ambientais;
 - Ciências Biológicas;
 - Química dos Produtos Naturais;
 - Engenharia Florestal;
 - Hidrologia e Climatologia;
 - Ciências Agronômicas Tropicais;
 - Biologia e Engenharia de Pesca;
 - Geologia e Mineralogia;

- Engenharia Náutica;
- Antropologia e Sócio-Economia; e
- Ciências Médicas.

b) Prioridades setoriais:

- Tecnologia de manejo florestal;
- Tecnologias agrícolas adaptadas;
- Tecnologia de beneficiamento e melhoramento genéticos;
- Tecnologia agro-industrial;
- Tecnologia de alimentos;
- Tecnologia de segmentos industriais avançados (insumos bióticos, fármacos e cosméticos);
- Tecnologia de combate às doenças tropicais;
- Tecnologia de recuperação de áreas degradadas;
- Tecnologia de fontes energéticas alternativas;
- Tecnologias alternativas para construção habitacional;
- Tecnologia para melhoria da qualidade da pequena produção;
- Tecnologia de lavra, beneficiamento e transformação mineral; e
- Tecnologia de transporte adaptado.

1.4 - Subprogramas

- subprograma de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, para pesquisa básica e aplicada nas áreas e setores prioritários;
- subprograma de Fortalecimento e Ampliação da Infra-estrutura de Pesquisa em laboratórios, instalações, equipamentos, bibliotecas e serviços de informação científica concentrado em áreas e setores prioritários;
- subprograma de Apoio à Pesquisa Básica e Aplicada para produção de conhecimento e tecnologias nas áreas e setores prioritários.

2 - Programa de Infra-Estrutura Econômica

2.1 - Objetivos

- elevação da disponibilidade de infra-estrutura econômica -- transportes, energia e comunicações -- na Amazônia, como forma de eliminar as deficiências atuais e possibilitar a expansão da atividade econômica e a redução dos custos de produção e comercialização;
- integração econômica do espaço regional e consolidação de um sistema de cidades; e
- desenvolvimento de sistemas de transporte e comunicação que integrem a Região ao País, fortalecendo a soberania nacional.

2.2 - Diretrizes

- vincular os investimentos em infra-estrutura econômica -- transportes, energia e comunicações -- às necessidades da Amazônia e às decorrentes dos programas e sub-programas setoriais previstos;
- ampliar a infra-estrutura econômica da Amazônia de acordo com a estratégia de integração e reorganização do espaço regional;
- estimular a utilização de tecnologias de baixo custo e adequadas à realidade amazônica nos investimentos em infra-estrutura econômica;
- incentivar a criação de um sistema de transporte intermodal, visando à integração econômico-social do espaço regional;
- proporcionar às populações periféricas melhor acesso aos serviços básicos e prover de transporte as populações mais carentes;
- promover a inserção regional dos projetos de implantação de hidrelétricas e termelétricas; e
- promover a adequação da legislação de transportes, comunicações e energia.

2.3 - Subprogramas

Transporte

- subprograma de Construção de Embarcações Tecnicamente Apropriadas às peculiaridades e necessidades regionais;
- subprograma de Ampliação e Melhoria das Instalações Portuárias de Médio e Grande Portes (Manaus, Belém, Vila do Conde e Macapá, entre outros);
- subprograma de Instalações Portuárias de Pequeno Porte para atendimento da população ribeirinha (Tabatinga, Coari, Itacoatiara, Parintins, Porto Velho, Itaituba, Altamira, Caracaraí, Tucuruí, Marabá e bidos, entre outras);
- subprograma de Recuperação e Manutenção dos Grandes Eixos Rodoviários Regionais;
- subprograma de Viabilização da Malha Viária Vicinal para atendimento das microrregiões amazônicas;
- subprograma de Desenvolvimento do Sistema de Transporte Hidroviário e Dutoviário;
- subprograma de Ampliação e Manutenção dos Principais Aeroportos da Região (Belém, Manaus, Macapá, Santarém, Boa Vista, Araguaina, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tabatinga e Porto Velho, entre outros);
- subprograma de Construção de Aeroportos de Porte Médio para interligação dos pólos urbanos; e

- subprograma de Atualização e Adequação da Legislação apropriada ao Transporte Regional.

Comunicações

- subprograma de Instalação de Terminais Telefônicos;
- subprograma de Ampliação da Rede de Unidades de Uso Público;
- subprograma de Expansão das Estações Terrenas (interligação por satélite);
- subprograma de Renovação e Ampliação da Rede de Satélites;
- subprograma de Implantação das Empresas Regionais de Telecomunicações;
- subprograma de Ampliação e Melhoria da Rede Postal Fluvial; e
- subprograma de Atualização e Adequação da Legislação apropriada ao Sistema Regional de Comunicações.

Energia

- subprograma de Expansão do Sistema de Energia Elétrica;
- subprograma de Instalação de Mini-Centraís Hidrelétricas e Térmicas;
- subprograma de Energia Alternativa;
- subprograma de Ampliação das Linhas de Transmissão e de Subestações; e
- subprograma de Atualização e Adequação da Legislação apropriada ao Sistema Energético Regional.

3 - Programa de Infra-Estrutura Social

3.1 - Objetivos

- elevação da qualidade de vida e das condições sociais da população da Amazônia;
- melhoria da oferta de equipamentos urbanos e serviços sociais no meio rural;
- redução dos déficits sociais de saneamento, habitação, e saúde; e
- fortalecimento da cidadania e identidade cultural.

3.2 - Diretrizes

- promover a ação articulada dos investimentos nos segmentos de infra-estrutura social de modo a melhorar a qualidade dos serviços;
- estimular a utilização de modelos e tecnologias adaptadas e de baixo custo para os investimentos em infra-estrutura social;
- ampliar o acesso das populações de baixa renda aos equipamentos e serviços de infra-estrutura social, a nível urbano e rural;

- priorizar as ações e intervenções preventivas e antecipatórias de degradação da qualidade de vida;
- promover ações de modo a propiciar a garantia do atendimento dos direitos sociais do cidadão; e
- articular as instâncias federais, estaduais, municipais e as organizações da sociedade civil no trato da questão social.

3.3 - subprogramas

Saúde

- subprograma de Ampliação e Modernização da Rede de Atendimento Médico e Odontológico;
- subprograma de Controle e Vigilância Sanitária e Epidemiológica no combate às doenças tropicais;
- subprograma de Produção de Medicamentos Alternativos com base na fitoterapia;
- subprograma de Controle de Qualidade da Produção e Distribuição das drogas, medicamentos e alimentos;
- subprograma de Atendimento Médico, Odontológico e Farmacêutico itinerante aos núcleos populacionais dispersos;
- subprograma de Educação e Informação Sanitária com prioridade na área materno-infantil;
- subprograma de Vacinação e Erradicação de Doenças Transmissíveis; e
- subprograma de Ampliação e Modernização da Rede de Laboratórios de Saúde Pública, com destaque para hemoterápicos.

Saneamento

- subprograma de Expansão do Abastecimento d'água;
- subprograma de Expansão de Rede de Esgotos Sanitários;
- subprograma de Tratamento e Adequada Disposição Final dos Efluentes Urbanos;
- subprograma de Coleta, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos Sólidos;
- subprograma de Macro e Micro-Drenagem para Controle de Enchentes; e
- subprograma de Saneamento Ambiental em Sedes Municipais, Vilas e Pequenos Núcleos Rurais.

Habitação

- subprograma de Aquisição de Lotes Urbanizados e Assentamento de População de Baixa Renda;

- subprograma de Construção de Unidades e Conjuntos Habitacionais para população de baixa renda, utilizando tecnologias adaptadas às condições regionais;
- subprograma de Fomento à Aquisição da Casa Própria para os extratos de renda média;
- subprograma de Recuperação e Urbanização de Baixadas; e
- subprograma de Regularização Fundiária.

4 - Programa de Educação

4.1 - Objetivos

- elevação do nível educacional e de escolarização da população da Amazônia;
- redução dos índices de analfabetismo nas zonas urbanas e rurais;
- melhoria das condições de cidadania na Amazônia;
- elevação e adequação da formação técnico- profissional, visando ao acesso da população ao mercado de trabalho regional; e
- ampliação do acesso da população ao mercado de trabalho regional.

4.2 - Diretrizes

- ampliar, recuperar e modernizar as unidades de ensino da Amazônia;
- elevar a qualificação docente;
- reformular e adequar a estrutura do ensino às necessidades e peculiaridades regionais;
- elevar o número das escolas e cursos profissionalizantes;
- construir centros inter-escolares integrados;
- estimular as organizações informais de educação popular; e
- modernizar os sistemas de gestão educacional;

4.3 - Subprogramas

- subprograma de Expansão da Rede Física de Ensino Médio e Profissionalizante;
- subprograma de Atualização Curricular, Metodológica e Pedagógica compatível com as estruturas de ensino nacional e regional;
- subprograma de Alfabetização;
- subprograma de Fortalecimento e Ampliação da Educação Básica;
- subprograma de Fortalecimento e Ampliação da Formação Técnica Profissional;
- subprograma de Fortalecimento e Reorientação do Ensino Superior;

- subprograma de Educação Ambiental;
- subprograma de Apoio aos Grupos Informais de Ensino; e
- subprograma de Gestão Educacional.

5 - Programa de Desenvolvimento Industrial, Agroindustrial e de Extrativismo Mineral

5.1 - Objetivos

- consolidação dos pólos e complexos industriais existentes ou em montagem na Região, buscando a formação de cadeias tecnologicamente avançadas ou especializadas e a obtenção de ganhos de produtividade, com maiores níveis de geração e retenção de valor agregado na Região;
- difusão no segmento industrial tradicional de tecnologias modernas e compatíveis com a preservação do meio ambiente, incentivando sua articulação com a estrutura produtiva regional e com os mercados de fora da região, bem como incentivando o desenvolvimento da micro, pequena e média empresa regional; e
- desenvolvimento, a partir da disponibilidade de recursos naturais da Região e das pesquisas sobre os mesmos, da bioindústria e da atividade agroindustrial em geral, estimulando a atividade produtiva com o desenvolvimento científico e tecnológico da Região.

5.2 - Diretrizes

- criar mecanismos de verticalização para os pólos e complexos industriais regionais;
- criar mecanismos de atração para empreendimentos complementares aos pólos e complexos já existentes na Região e de desenvolvimento de outras atividades, capazes de constituir base econômica para a formação de novas cadeias produtivas;
- utilizar de modo seletivo os instrumentos de política econômica regional, privilegiando projetos de elevadas repercussões econômicas e sociais, que atendam aos objetivos do programa industrial da Região, inclusive os do meio-ambiente;
- promover a modernização tecnológica e capacitação empresarial da micro, pequena e média empresa regional;
- incentivar a implantação e expansão de parques e áreas industriais com infra-estrutura básica, como forma de organização dos espaços destinados à instalação de pólos e complexos industriais; e
- criar mecanismos de adaptação do Parque Industrial de Zona Franca de Manaus aos novos parâmetros de Política Industrial Nacional, num horizonte temporal factível.

5.3 - Subprogramas

- subprograma de Verticalização e Consolidação do Pólo Minerometalúrgico de Carajás;
- subprograma de Desenvolvimento e Diversificação do Parque Industrial da Zona Franca de Manaus;
- subprograma do Complexo Tecnológico e Industrial para o meio-ambiente;
- subprograma de Desenvolvimento do Pólo Gasopetroquímico de Juruá-Urucu;
- subprograma de Desenvolvimento e Estímulo à Indústria Artesanal;
- subprograma de Desenvolvimento da Agroindústria Baseada nas Culturas Tropicais;
- subprograma de Modernização da Indústria Tradicional com ênfase para a indústria moveleira e oleiro-cerâmica;
- subprograma do Desenvolvimento da Indústria Naval;
- subprograma de Diversificação Produtiva e Integração dos Grandes Projetos Minerais; e
- subprograma de Desenvolvimento da Bioindústria.

6 - Programa de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo Vegetal

6.1 - Objetivos

- expansão e diversificação da produção agropecuária, direcionando-a prioritariamente para as áreas potenciais, indicadas a partir do zoneamento ecológico-econômico;
- desenvolvimento do setor primário da Região (agropecuária, silvicultura, extrativismo vegetal e pesqueiro), através da diversificação e integração intra e inter-setorial, da introdução de processos produtivos e relações sociais de produção mais moderna e da adequação às condições específicas da Amazônia;
- aumento na produção de espécies extrativas vegetais, com o desenvolvimento de ações integradas de produção e beneficiamento;
- elevação da produção de pescado e seu aproveitamento racional; e
- apoio às atividades de silvicultura para integrá-la à base produtiva regional.

6.2 - Diretrizes

- estimular o aproveitamento racional das espécies animal e vegetal da Região, pela incorporação de métodos modernos de produção adaptados às condições ambientais regionais;
- desenvolver a infra-estrutura necessária ao escoamento da produção com redução de custos, através dos serviços de armazenagem e comercialização;
- intensificar os serviços de assistência técnica e extensão rural para aumento de produtividade;
- garantir condições de financiamento da produção, especialmente para o pequeno e médio produtor;
- promover a reorganização da estrutura fundiária com vistas à elevação e diversificação da base agrícola regional;
- incorporar novas áreas, em especial as várzeas, ao processo produtivo, com a identificação de tecnologias de produção disponíveis que permitam, sobretudo, a produção de alimentos básicos e fibras vegetais;
- estimular a concentração, em escala, dos fatores produtivos dos pequenos e médios produtores, incentivando a cooperação e a associação; e
- intensificar as ações corretivas nas áreas degradadas, especialmente com o reflorestamento e cultivo de espécies perenes ou semi-perenes.

6.3 - Subprogramas

- subprograma de Regionalização de Produção Agrícola, com ações direcionadas segundo vocações agrícolas sub-regionais;
- subprograma de Apoio ao Crescimento da Produtividade e Eficiência da Produção Agrícola, através da incorporação de métodos modernos de produção e tecnologias apropriadas à Região e as categorias de produtores regionais;
- subprograma de Expansão e Reorientação de Investimentos nas áreas de Correção e Conservação dos Solos, para otimizar a produção e localização espacial das culturas;
- subprograma de Estímulo à Agroindústria;
- subprograma de Apoio ao Desenvolvimento de Espécies Tropicais passíveis de utilização industrial;
- subprograma de Apoio ao Setor Agropecuário, no sentido de adequá-lo às exigências da nova política agrícola, com vistas a elevação da produtividade e eficiência;
- subprograma de Expansão da Rede de Silos e Armazéns;

- subprograma de Ampliação, Modernização e Fortalecimento do Setor Pesqueiro, para otimizar a produção com redução de impactos ambientais;
- subprograma de Apoio ao Extrativismo Vegetal e Reflorestamento, compatibilizando elevação e controle de produção com defesa do meio-ambiente, através da substituição de métodos primitivos e concentração das atividades de extração;
- subprograma de Apoio ao Produtor Regional, capacitando-o ao acesso às operações oficiais de crédito;
- subprograma de Apoio ao Produtor de Baixa Renda, através de cooperação e associativismo para desenvolvimento de projetos integrados de infra-estrutura, colonização, redução de custos e produção de alimentos básicos; e
- subprograma de Regularização Fundiária e Colonização.

7 - Programa de Turismo

7.1 - Objetivos

- expansão e desenvolvimento da atividade turística na Região;
- aumento do fluxo de correntes turísticas para a Região; e
- elevação da oferta e qualidade de produtos, roteiros, equipamentos e serviços turísticos; e
- integração da atividade turística às demais atividades produtivas regionais.

7.2 - Diretrizes

- estimular o desenvolvimento de novos produtos turísticos na Amazônia;
- promover e fomentar a implantação de equipamentos turísticos de boa qualidade na Região;
- promover campanhas de divulgação dos produtos turísticos da Amazônia; e
- estimular a formação de recursos humanos e mão-de-obra qualificada para o setor turístico.

7.3 - Subprogramas

- subprograma de Desenvolvimento do Turismo Ecológico, como alternativa para intensificar o aproveitamento potencial dos recursos naturais existentes;
- subprograma de Apoio ao Turismo Tradicional;
- subprograma de Marketing Turístico, para aumento de fluxos nacional e internacional;

- subprograma de Formação e Capacitação de Recursos Humanos; e
- subprograma de Ampliação e Modernização da Infra-estrutura Turística.

8. MODELO DE GESTÃO

A implantação e o aperfeiçoamento permanente da ação governamental na Amazônia requerem a montagem de um sistema regional de planejamento que articule efetivamente os agentes e instâncias públicas em torno de suas prioridades.

Esse sistema deve organizar as relações entre os governos federal, estadual e municipal, através da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República e dos órgãos de desenvolvimento regional, SUDAM, BASA e SUFRAMA.

A SUDAM deve coordenar o sistema, na condução do processo de negociação, implantação e acompanhamento das Diretrizes, e na avaliação e acompanhamento das ações públicas e privadas e das respectivas metas e instrumentos.

Isto requer uma reestruturação organizacional da própria SUDAM, para adequá-la às Diretrizes e às propostas de desenvolvimento regional, reforçando seu papel nas ações do Governo Federal na Amazônia.

A esta iniciativa do Governo Federal deverá corresponder, também, um esforço de fortalecimento técnico e institucional, com envolvimento efetivo de recursos, por parte dos governos estaduais e municipais, interlocutores no processo de detalhamento e implementação das Diretrizes de Ação.

Brasília, dezembro de 1990.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

TABELA 01

ANEXO 01

METAS GLOBAIS (*)

VARIÁVEL	A N O S						
	1991	1992	1993	1994	1995	[1996 - 2000]	
Crescimento do PIB (%)	5,9	7,7	8,3	11,5	10,5	(**)	10,2
PIB (US\$ bi)	30,5	33,4	34,7	38,1	41,7		65,6
Participação no Produto Nacional (%)	5,9	6,2	6,5	6,9	7,2		8,7
População (milhões)	16,9	17,4	17,9	18,4	18,9		21,4
Participação da População Brasileira (%)	11,4	11,6	11,7	11,9	12,1		12,6
Renda per capita (US\$ habitante)	1.810	1.927	1.964	1.539	1.728		2.459
Participação na Renda per capita Nacional (%)	51,3	53,6	55,6	58,0	60,1		69,3
Empregos gerados (mil)	formal	150	210	370	390	(***)	2.320
	total	194	407	510	708	(***)	1.760
Investimento bruto (US\$ bi)	5,3	7,1	8,6	10,5	11,3		15,1

* - Definidas com base nos resultados quantitativos dos Cenários Alternativos e Cenários Normativos de Trabalho no horizonte 2010 - 2004/2000, 2005/2004, 2006/2004, 2007/2004, com dicotomias relativas a legislação.

** - Corresponde a média de crescimento no período 1986-2000

*** - Total gerado no equivalente correspondendo a uma geração: média de 264 mil empregos formais por ano. O total gerado varia ao que é total porque, no período deve-se registrar uma queda de empregos informais.

TABELA 02

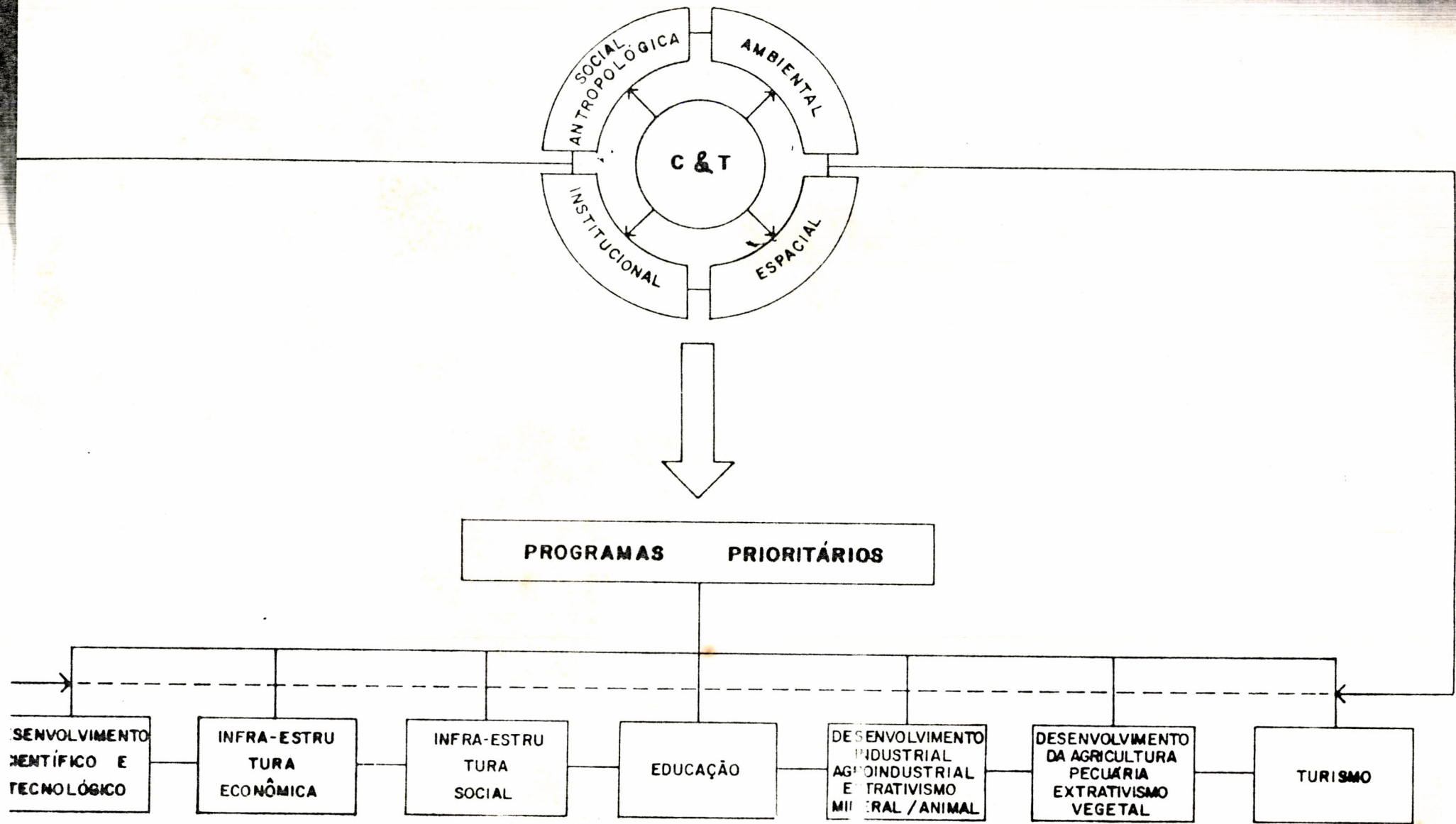
ANEXO 02

DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO PREVISTO (US\$ bilhões)

Anos		1991	1992	1993	1994	1995	1996-2000
Investimento							(**)
Investimento Total		5.9	7.1	9.6	10.5	11.9	15.4
Investimento Privado		2.2	3.9	5.8	6.8	7.7	10.8
Invest. Público	Total	3.7	3.2	3.8	3.7	4.2	4.6
	Estatais	1.3	1.5	1.8	1.8	2.0	2.2

(*) - Inclui investimento externo e sofre uma elevação persistente no investimento total na região: 55% em '91 e '92, sobe para 60% em 1993 e 65% em 1994 e 1995 e estabiliza uma média de 70% no quinquênio.

(**) - Médias anuais do quinquênio.



PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

SENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO

INFRA-ESTRU
TURA
ECONÔMICA

INFRA-ESTRU
TURA
SOCIAL

EDUCAÇÃO

DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL
AGROINDUSTRIAL
EXTRATIVISMO
MINERAL / ANIMAL

DESENVOLVIMENTO
DA AGRICULTURA
PECUÁRIA
EXTRATIVISMO
VEGETAL

TURISMO